

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EMBAIXADOR EM TEGUCIGALPA, ZENIK KRAWCTSCHUK (JUNHO DE 2010 a JUNHO DE 2015)

Assumi a Chefia da Embaixada em Tegucigalpa, Honduras, em 23 de junho de 2010, na qualidade de Encarregado de Negócios, quando as relações diplomáticas entre o Brasil e Honduras encontravam-se suspensas. Este relatório cobre o período de junho de 2010 até junho de 2015 e relata as principais atividades desenvolvidas durante a minha gestão.

2. Recorde-se que o golpe de Estado de 28 de junho de 2009 foi severamente condenado pelo Governo brasileiro e sancionado, a partir de 4 de julho de 2009, quando a OEA, por unanimidade, suspendeu Honduras da organização, devido à recusa do governo interino de restituir ao cargo o Presidente Zelaya de forma imediata e incondicional.

3. Como consequência, as seguintes medidas foram adotadas pelo Governo brasileiro e perduraram até 1º de junho de 2011, poucos dias após o regresso de Zelaya ao país.

a) foi suspensa a análise dos créditos solicitados junto ao BNDES para obras de infraestrutura: projetos hidrelétricos de “Jicatuyo” e “Los Llanitos” (US\$ 271 milhões, de um total de US\$ 650 milhões); rodovia Tegucigalpa-Catacamas (US\$ 80 milhões); projeto hidrelétrico de “El Tornillito” (US\$ 290 milhões); programa rodoviário denominado “Corredor Agrícola” (US\$ 140 milhões). O montante almejado totalizava US\$ 781 milhões;

b) foi suspensa a cooperação militar, com a remoção, em 2009, do Instrutor do Exército Brasileiro junto às Forças Armadas locais;

c) a Representação diplomática continuou mantida em nível Encarregado de Negócios “ad interim”, com contatos exclusivamente administrativos e consulares com o Governo local;

d) foram suspensos os programas de cooperação educacional (programas PEC-G e PEC-PG);

e) foi suspensa a execução de projetos de cooperação técnica trilaterais e bilaterais em curso (cooperação em biocombustíveis ao amparo do Memorando de Entendimento Brasil-Estados Unidos, operacionalizado pela OEA, criação de Bancos de Leite e de Sangue e Hemoderivados), assim como a apreciação de novos pedidos hondurenhos de cooperação;

f) permaneceram suspensos os acordos de supressão de vistos em passaportes diplomáticos e comuns. Entretanto, em 3/12/2010, Honduras decidiu, unilateralmente, colocar em vigor os referidos acordos.

4. Cabe destacar ainda que, em junho de 2010, Honduras não foi convidada a participar da XL Assembleia-Geral da OEA em Lima, Peru, quando foi instituída uma Comissão de Alto Nível para analisar a situação em Honduras; o relatório final da Comissão foi apresentado em 29 de julho daquele ano e estipulou as condições para a readmissão de Honduras no seio da organização. Ainda que tenha sido formalmente reintegrada ao Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) durante a Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo do organismo no mês de julho do mesmo ano, sem o consenso e a presença da Nicarágua, Honduras não pôde participar da XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo realizada em dezembro, em Mar del Plata, Argentina.

5. Um dos principais temas acompanhados pela Embaixada de novembro 2010 a maio de 2011 foi a evolução dos trabalhos da Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR), instalada em abril de 2010 e prevista nos Acordos Tegucigalpa-San José, presidida pelo ex-Chanceler guatemalteco, Eduardo Stein, e integrada por ilustres cidadãos hondurenhos e de outras nacionalidades. A Comissão tinha como mandato esclarecer os fatos antes, durante e depois do golpe de Estado de junho de 2009 e apresentou seu relatório final em julho de 2011. O documento, intitulado "Para que los hechos no se repitan", dividido em 2 tomos e um anexo, que somam 1.400 páginas, descreve com a fidelidade e imparcialidade possíveis, os fatos e as responsabilidades dos atores da crise político-econômico-social hondurenha de 2009. Cerca de 10% do relatório não será divulgado pelos próximos 10 anos e permanecerá sob a guarda do Governo canadense, por seu caráter sigiloso.

6. A volta de Zelaya ao país, em 28/05/2011, cercado das garantias estabelecidas pela OEA, ensejou a realização da Assembleia-Geral Extraordinária, em 01/06/2011, que levantou definitivamente a suspensão de Honduras no organismo. Nesse mesmo dia, o Governo brasileiro solicitou o "agrément" para o MSC-QE Zenik Krawetschuk como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário. A Nota de concessão foi recebida em menos de duas horas. Ressalte-se que a presença do Enviado Especial e Assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia, no desembarque do ex-Presidente em Tegucigalpa,

simbolizou o pleno reatamento das relações diplomáticas bilaterais. Além de reuniões com os Ministros do Planejamento e das Relações Exteriores, o Professor Garcia participou de reunião na Casa Presidencial com o Presidente da República, na presença dos Chanceleres da Colômbia e Venezuela, do Secretário-Geral da OEA, do ex-Presidente Zelaya, de vários Ministros de Estado e de outras altas autoridades hondurenhas.

7. A partir da reinserção de Honduras no organismo hemisférico, houve manifestações tanto do Brasil como Honduras no sentido de recuperar o tempo perdido e retomar e aprofundar as relações bilaterais em todos os campos. Assim, houve intensa troca de contatos entre as autoridades, o restabelecimento do acordo de isenção de vistos (já implementado unilateralmente por Honduras em dezembro de 2010) e a reativação da cooperação técnica, educacional e na área de financiamentos de obras de infraestrutura.

8. Revestiu-se de especial importância a visita oficial do Chanceler Arturo Corrales ao Brasil, de 6 a 10 de fevereiro de 2012, acompanhado de nutrida delegação de autoridades governamentais que incluiu os Ministros da Defesa, Finanças, Desenvolvimento Social, Agricultura, Transportes, Empresa Nacional de Energia Elétrica (ENEE), Instituto de Conservação Florestal (ICF) e a Comissão para a Promoção da Aliança Público Privada (COALIANZA). No encontro realizado no Palácio Itamaraty com o Ministro de Estado foram repassados os temas da agenda bilateral e abordados os principais tópicos das relações com os países da América Central e Caribe. Foi firmado, em 09/02/2012, o “Acordo sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras”, aprovado pelo Congresso Nacional de Honduras e publicado na “Gazeta Oficial”, em 05/10/2012. Aguarda-se o cumprimento dos requisitos legais internos da parte brasileira para a entrada em vigor do referido Acordo. Em 27/05/2015, pela Mensagem nº 168, o Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o texto do referido Acordo. Também foi realizada a Troca de Notas que deu vigência ao “Tratado entre o Governo da República de Honduras e o Governo da República Federativa do Brasil sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal”. Nas reuniões no Ministério da Defesa foram entabuladas conversações sobre a retomada da cooperação técnica militar e acordado o envio de missão brasileira ao longo do ano a Honduras, além da indicação de instrutor militar brasileiro por período renovável de dois anos. Na ocasião, deu-se início às negociações com a

EMBRAER para o “upgrade” de 9 aeronaves Tucano, de um total de 12 aeronaves, adquiridas em 1985, que se encontram em solo, por falta de peças de reposição para voltar a funcionar. A parte brasileira apresentou oferta de venda de aeronaves “Super-Tucano” e de sistema de radares para monitoramento de tráfego aéreo. No Ministério do Desenvolvimento Social, houve intercâmbio de informações sobre o andamento dos programas sociais em Honduras, especialmente o “Bono 10 mil”, inspirado no programa brasileiro do “Bolsa Família” e foi reafirmada a disposição brasileira na continuidade da cooperação no campo do desenvolvimento social. No Ministério do Desenvolvimento Agrário e na EMBRAPA foi reafirmado o interesse das partes na cooperação em matéria de agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional. A parte hondurenha manifestou vivo interesse nas características do programa “Mais Alimentos para a África” e solicitou fosse o projeto replicado na América Central e República Dominicana.

9. Do lado brasileiro, registre-se as visitas do Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, em duas ocasiões, e do Chefe de Gabinete do Ministro de Estado, em representação da Presidenta Dilma Rousseff, para as cerimônias de posse do Presidente Juan Orlando Hernández (27/01/2014).

10. Principais temas da agenda de trabalho da Embaixada.

I - Acompanhamento de atividades relevantes no Congresso:

a) Aprovação (2011) das reformas do art. 5 da Constituição que trata do princípio da democracia participativa através de mecanismos de consulta popular – referendun, plebiscito e iniciativa popular. Tais mecanismos possibilitam e agilizam a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, com poderes para alterar os “artigos pétreos”, inclusive os que proíbem a reeleição presidencial – um dos motivos que teriam desencadeado o golpe de Estado de 2009.

b) Debates sobre os artigos 304 e 329 da Constituição que culminaram na aprovação de “Redes Especiais de Desenvolvimento” ou “Charter Cities” (regiões de 1000 km² com regime administrativo e jurídico próprios, à semelhança de Hong Kong e Cingapura), conceito desenvolvimentista ainda bastante polêmico em Honduras, defendido por Paul Romer, da Universidade de Stanford. O projeto tem sido divulgado pelo atual Presidente, porém até o momento não logrou concretizar-se.

c) Debates no Congresso hondurenho e na sociedade civil sobre as reformas no sistema de segurança cidadã que envolviam tanto a Polícia Nacional, como

o Ministério Público e o Poder Judiciário. Aparentemente, por ter a Sala Constitucional da Corte Suprema deliberado pela inconstitucionalidade dos mecanismos de depuração policial (entre outros, o teste do detector de mentiras), o Congresso Nacional destituiu, em 12/12/2012, 4 dos 5 magistrados que a conformavam e nomeou substitutos, dando início a uma grave crise institucional e provocando manifestações de solidariedade de outros magistrados, de associações de juízes (locais e regionais) e a condenação pelo órgão de direitos humanos da ONU. No final de janeiro de 2013, a situação voltou à normalidade, o processo de depuração continuou, sem que os magistrados demitidos fossem reintegrados a seus cargos.

d) Ainda no campo de segurança e também no do combate ao crime organizado, acompanhou a criação da Polícia Militar de Ordem Pública – PMOP, cujos 2000 integrantes são membros das Forças Armadas que atuam na segurança pública; a aprovação da “Lei do Abate” de aeronaves suspeitas de tráfico de substâncias ilícitas e armas; a entrada em vigor da “Lei de Extradicações” que já extraditou 9 hondurenhos para enfrentar juízo nos EUA; a criação do “Taxa de Segurança”, imposto semelhante ao Imposto sobre Operações Financeiras, que arrecada de USD 5 a 8 milhões por mês destinados ao financiamento de atividades de segurança, conceito abrangente que compreende desde a construção de parques públicos à compra de aviões militares.

II - Ajuda humanitária

O programa brasileiro de doação de alimentos em Honduras atende situações de emergência e, principalmente, o programa social da merenda escolar que beneficia mais de 1,5 milhão de estudantes do ciclo básico. No biênio 2013-2014, por exemplo, foram doadas 10.300 toneladas de arroz, entregues sob estrito controle do Programa Mundial de Alimentos da ONU às escolas e comunidades necessitadas do país. Em junho de 2014, o Congresso brasileiro aprovou Lei que autoriza a doação de UM MILHÃO de toneladas de arroz como ajuda humanitária a países em crise alimentar. O PMA informou ao governo de Honduras a disponibilidade de doação pelo governo brasileiro de 5.600 toneladas de arroz para o biênio 2015-2016.

III - Assistência a brasileiros

A Embaixada esmerou-se na prestação de assistência a brasileiros, tanto os residentes no país (cerca de 400) como os em trânsito. Particular atenção foi dedicada às solicitações de repatriação (três famílias, total 12 pessoas) e à proteção de dois brasileiros que cumprem penas em penitenciárias do país: um por tráfico de drogas e outro, por proxenetismo. Além de visitas trimestrais

aos reclusos, ocasião em que fez entrega de alimentos, roupas e itens de higiene pessoal, a Embaixada mantém contato com os respectivos advogados para inteirar-se dos desdobramentos dos recursos interpostos em favor dos apenados. Em junho de 2015, o Ministério Público instaurou procedimento investigativo para apurar a relação entre uma aeronave que se incendiou em área utilizada por narcotraficantes e um brasileiro, supostamente piloto de profissão, que resultou com queimaduras de terceiro grau e que se encontra hospitalizado em Tegucigalpa, sob rigorosa vigilância policial. O caso vem sendo acompanhado pela Embaixada, que se fez presente na primeira audiência do brasileiro suspeito de tráfico de drogas.

IV - Afrodescendentes

No ano de 2011, declarado como “Ano dos Afrodescendentes” pela ONU, a Embaixada teve participação em dois eventos importantes: a) I Cúpula Mundial dos Afrodescendentes, realizada na cidade de La Ceiba, com o discurso do Embaixador do Brasil registrado nas Atas da Cúpula e a publicação de artigo de sua autoria na Revista Mundo Afora, # 8, intitulado “Os Afrodescendentes em Honduras”; b) participação de autoridades e membros da sociedade civil hondurenhas no encontro de afrodescendentes em Salvador, Bahia. A Embaixada tem promovido contatos entre as sociedades civis de ambos os países que se ocupam do tema.

V - Direitos humanos

A Embaixada acompanhou o tema da observância do respeito aos direitos humanos, preocupação central dos organismos internacionais e das organizações da sociedade civil. Nesse campo, preparou subsídios para a delegação brasileira em Genebra por ocasião do Exame Periódico Universal da ONU a que Honduras foi submetida, em dezembro de 2010, abril de 2012 e maio de 2015.

VI – Segurança cidadã

Diversas medidas adotadas já a partir de 2013 contribuíram para a forte queda nos índices de criminalidade em Honduras, especialmente massacres e homicídios violentos. Entre elas, a aprovação da Lei de Extradicações e os primeiros 9 casos, de um total de 16, até agora, de narcotraficantes hondurenhas levados a juízo nos EUA. A atuação conjunta da Tropa de Inteligência e Grupos de Resposta Especial de Segurança - TIGRES, da “Fuerza de Seguridad Interinstitucional Nacional - FUSINA, a criação da Polícia Militar de Ordem Pública – PMOP (que hoje conta com 2000 homens,

além de uma unidade canina de 84 animais treinados e seus respectivos guias), a regulamentação do Fundo de Desenvolvimento Populacional, mais conhecido como “Taxa de Segurança” foram decisivos na luta contra a criminalidade. Ressalte-se que a “Taxa de Segurança” compreende taxas sobre transações financeiras e impostos de proteção ao meio-ambiente, setor de cooperativas, lanchonetes, telefonia móvel, casinos e caça-níqueis e arrecadou, ao longo de 2014, cerca de USD 8 milhões por mês, o que permitiu fortalecer as instituições de segurança e justiça do país, mediante compra de uniformes, jalecos, armas, veículos, sistemas de comunicação e vigilância e outros insumos para a Polícia Nacional, para a Polícia Militar, para as Forças Armadas, o Ministério Público, e a Corte Suprema. Observe-se que a reparação de 6 Tucanos e a compra de 2 a 4 Super-Tucanos junto à EMBRAER deverá ser financiada com esses fundos. Outra medida importante, foi a entrada em funcionamento da Agência Técnica de Investigação Criminal (ATIC), braço técnico-científico do Ministério Público, encarregada de investigar delitos graves e de forte impacto social, entre eles homicídios, assassinatos, tráfico de pessoas, armas e drogas, pornografia infantil, lavagem de dinheiro, contrabando, sequestro, extorsão e terrorismo. A Agência concluiu, no segundo semestre de 2014, o treinamento de 97 técnicos (58 homens e 39 mulheres) que atuarão em casos novos em Tegucigalpa e San Pedro Sula, cidades que apresentam os maiores índices de criminalidade do país. Espera-se que até o final de 2015, a Agência possa contar com pelo menos 250 agentes que aplicarão as mais avançadas técnicas e procedimentos de investigação e terão à sua disposição modernos softwares e bases de dados que permitirão coletar e apresentar de forma expedita provas sólidas contra o(s) criminoso(s). A ATIC trabalhará em estreita cooperação com outros operadores de justiça, especialmente a Diretoria de Luta contra o Narcotráfico, a Diretoria de Luta contra o Crime Organizado, a Diretoria Nacional de Investigação e Inteligência do Estado e a Diretoria Nacional de Investigação Criminal. Vale notar que do pico da média de 86,5 homicídios/100 mil habitantes, em 2011, houve redução de 1,08% em 2012 (85,53 homicídios/100 mil), de 9,97% em 2013 (77,0 homicídios/100 mil) e de 12,98% em 2014 (66,49 homicídios/100 mil). Cifras divulgadas em junho de 2015 apontam para ulterior queda (60,0 homicídios/100 mil). Em números absolutos, os homicídios em 2014 totalizaram 5.801 em um universo estimado de 8,7 milhões de habitantes. Superada a guerra de cifras entre o Observatório da Violência da Universidade Nacional Autônoma de Honduras e o Ministério da Segurança, que firmaram um convênio de cooperação na matéria, os números finais de ambas as instituições praticamente coincidem e são divulgadas diariamente no Sistema Estatístico Policial Online (SEPOL). Também

contribuíram para esses resultados positivos a criação de mais de 30 observatórios locais de convivência cidadã, o avanço na depuração policial, o desbaratamento de metade das 500 bandas de criminosos que atuavam no país, os programas de convivência cidadã (construção de parques e quadras esportivas), entre outros. A expectativa do governo é chegar, nos próximos três anos, a índices próximos de 30 homicídios por 100 mil habitantes, cifra registrada em 2004 e que subiu ano após ano, até atingir a máxima de 86,5/100 mil em 2011.

VII - Gestões por candidaturas e outras

Reconhecido como ator global na política internacional, o Brasil tem crescente presença na direção dos inúmeros organismos multilaterais. O País tem solicitado e obtido o apoio do Governo de Honduras para suas candidaturas. Por instruções da Secretaria de Estado, a Embaixada realizou, em 2011, gestões conjuntas com a Embaixada da Argentina, por ocasião do XX Aniversário da criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Material Nuclear – ABACC, organização que conta com o apoio da Organização Internacional de Energia Atômica – OIEA e garante o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear. Também realizou três gestões conjuntas com as Embaixadas da Alemanha, Índia e Japão, que constituem o chamado G-4, no tema da reforma do Conselho de Segurança da ONU. As gestões contaram com o pleno endosso do governo de Honduras.

VIII - Cooperação Militar

Em agosto de 2013, o Ministério da Defesa do Brasil retomou a cooperação militar com Honduras designando um Oficial do Exército para desempenhar a atividade de Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas de Honduras, por um período de dois anos. Já foi designado o novo instrutor militar brasileiro que exercerá suas funções de agosto de 2015 a agosto de 2017.

IX - Cooperação educacional

A partir de 2011, foi retomado o programa estudantes-convênio (PEC) que consiste na oferta de vagas em universidades brasileiras conveniadas com o Ministério da Educação para cursos de graduação (PEC-G) e pós-graduação (PEC-PG). O número de candidatos para o PEC-G tem aumentado consideravelmente e para o biênio 2014-2015 foram aprovados 40 estudantes, dos quais 25 efetivamente frequentam os respectivos cursos. Tradicionalmente, Honduras tem tido muito interesse no programa e os

egressos das universidades brasileiras, em particular os formados em medicina, odontologia, veterinária, agronomia e arquitetura, ocupam hoje posições relevantes na administração pública e na empresa privada hondurenhas. Como efeito colateral, grande parte da comunidade brasileira que vive no país é constituída por cônjuges brasileiros que se casaram com participantes do PEC. A Embaixada participa anualmente de jornada de divulgação das oportunidades de estudo no Brasil em eventos realizados nas cidades de Tegucigalpa e San Pedro Sula.

X - Cooperação econômica e investimentos

a) Em outubro de 2014, a EMBRAER concluiu as negociações para a venda de um jato executivo Legacy 600 ao governo de Honduras (ao preço de USD 14 milhões que teriam sido pagos por Taiwan, como parte de um pacote de ajuda, que inclui a doação de 4 helicópteros, três dos quais já estão em operação). Encontram-se em fase adiantada as tratativas para a modernização de 6 Tucanos (possivelmente até 9 unidades), a compra de 2 Super-Tucanos (com opção de aquisição de mais duas unidades), além de ofertas de sistema integrado de vigilância do espaço aéreo.

b) Após longas negociações, tiveram início, em dezembro de 2014, as obras de construção, pela Construtora Queiróz Galvão, com financiamento do BNDES, de USD 145 milhões em serviços e bens exportados do Brasil, de trecho de 54km de rodovia do chamado “Canal Seco” que interligará Puerto Amapala (na costa do Pacífico, no sul, em águas limítrofes com El Salvador e Nicarágua) a Puerto Cortés (ao norte, no Caribe, em zona próxima à Guatemala). Além desse projeto, a Queiróz Galvão conta com financiamento aprovado pelo BNDES, no valor de USD 150 milhões, para recuperação de parte importante da malha viária primária de Honduras.

c) Foram interrompidas em 2014 as tratativas com a construtora Odebrecht para construção de duas hidrelétricas (“Los Llanitos” e “Jicatuyo”), com financiamento aprovado pelo BNDES, no valor de USD 271 milhões. Aparentemente, as mudanças na estruturação dos preços finais do fornecimento de energia elétrica e resistências do setor das termelétricas motivaram o fechamento do escritório da construtora brasileira em Tegucigalpa.

d) Outro projeto que não prosperou, denominado “Proyecto San Fernando”, envolveu a empresa Andrade Gutiérrez selecionada para construir uma represa com múltiplos benefícios sociais, como o funcionamento de uma pequena hidrelétrica, contenção de inundações, irrigação e fornecimento de água potável à capital que sofre racionamentos ao longo de todo o ano. O abandono

do projeto deveu-se basicamente à falta de contrapartida financeira do governo hondurenho.

e) A pedido do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), sediado em Tegucigalpa, a Embaixada tem feito gestões, encaminhado correspondências e solicitado audiências com autoridades brasileiras, especialmente do MPOG, sobre o tema da adesão do Brasil como sócio extrarregional daquela instituição financeira regional. Recorde-se que o Congresso brasileiro aprovou, em dezembro de 2010, a adesão do Brasil como sócio extrarregional do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), com sede em Bridgetown, Barbados. O Governo brasileiro havia assumido o compromisso de participar do Banco durante a I Cúpula Brasil–Comunidade do Caribe (CARICOM), realizada em 26 de abril de 2010, em Brasília.

XI - Cooperação técnica

A cooperação técnica sul-sul retomada em 2011 compreendeu visitas anuais de missões multidisciplinares de prospecção e avaliação da Agência Brasileira de Cooperação do MRE a Honduras e a troca de numerosas missões de técnicos das entidades executoras de projetos de ambos os países. Essa cooperação se desdobrou em dois eixos: trilateral e bilateral.

O eixo trilateral contempla iniciativas com três sócios: FAO e os Governos dos Estados Unidos e do Japão.

a) Com a FAO, através do FNDE, o Brasil desenvolve programas de treinamento de professores/nutricionistas da rede pública de ensino, de disseminação de hortos escolares e de educação e assistência técnica no campo da segurança alimentar e nutricional.

b) Com o governo dos EUA, vigora um Memorando de Entendimento para o desenvolvimento da produção de biocombustíveis em terceiros países, Honduras incluída, no âmbito do qual já foram entregues ao Governo hondurenho estudos de viabilidade, preparados pela FGV e financiados pelo BID, onde foram identificadas quatro áreas prioritárias (eucalipto para produção de pellets, palma africana, capim elefante e cana de açúcar). Por se tratar de projetos comerciais e dadas as dificuldades financeiras do país, não foi possível, até o momento, encontrar investidores dispostos a implementar os projetos propostos. Registre-se, ainda a inauguração, em 15/07/2014, de uma usina-piloto de etanol, instalada na Universidade Agrícola de Catacamas, com apoio da OEA e equipamentos de fabricação brasileira.

c) Com a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o Brasil está implementado, sob gerenciamento da Universidade da Flórida e execução da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e a Rede Nacional das Organizações da Sociedade Civil para as Energias

Renováveis - RENOVE, projetos na região mais empobrecida do ocidente e do sul, em duas vertentes: a primeira, de agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional, focalizando as cadeias de caju, gergelim e apicultura, e a segunda, de energia renovável, especialmente a solar e a produzida por biomassa.

d) Com o Governo do Japão, através da Agência de Cooperação Internacional Japonesa (JICA), o Brasil desenvolve o projeto de Polícia Comunitária, executado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, que, juntamente com a polícia japonesa, já capacitou centenas de policiais hondurenhos, segundo a filosofia KOBAN do Japão. Importante realçar que o modelo japonês foi importado pelo Brasil, adaptado às condições locais e agora, reexportado para Honduras, que o assimilou e criou seu próprio modelo hondurenho ou “catracho”, reconhecido pelo Governo e pela sociedade hondurenhos como um dos principais instrumentos para a prevenção e o combate à violência urbana. De 2011 até a presente data, foram treinados em São Paulo mais de 120 membros da Polícia Nacional. Detentores de “know-how” suficiente, os policiais treinados no Brasil promovem cursos intensivos a seus pares de outras cidades de Honduras, constituindo um fator multiplicador de capacitação para as forças policiais do país. Dezenas de técnicos hondurenhos têm participado de cursos de capacitação de curta duração realizados no Brasil em áreas como agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional, hortos escolares e familiares, atenção humanizada à mulher e ao recém nascido, gestão de águas, administração pública, manejo de resíduos sólidos, etc., com despesas inteiramente cobertas pela JICA/Brasil, JICA/Honduras e pela ABC/MRE.

e) A Embaixada organizou eventos e realizou gestões conjuntas com a Embaixada do Japão para a promoção do sistema nipo-brasileiro de TV Digital, o mais avançado sistema de TV aberta no mundo atual, que favorece sobremaneira a inclusão social, com benefícios para as áreas de educação, saúde, alerta de emergência a catástrofes, entre outras. O Governo hondurenho, em 2014, acabou adotando oficialmente o sistema, implantou-o em dois canais televisivos, do Executivo e Legislativo, e está trabalhando no processo que culminará no “apagão analógico”, previsto para 2018.

No eixo bilateral, há uma razoável quantidade de iniciativas de cooperação, entre as quais destaquem-se os seguintes projetos:

a) Implementação de bancos de leite e de sangue e hemoderivados em Tegucigalpa e San Pedro Sula.

b) Para melhorar o nível nutricional da população hondurenha que vive em condições de pobreza e pobreza extrema, o Serviço Social da Indústria – SESI

do Estado do Ceará está desenvolvendo o projeto “Cozinha Brasil”, no âmbito do qual foram doadas duas unidades móveis (cozinha-escola sobre rodas) e preparado um livro de receitas da culinária local que aproveita a diversidade da produção agrícola de cada região do país.

c) Com o Ministério da Agricultura de Honduras, a EMBRAPA vem capacitando técnicos para a melhoria no cultivo de frutas tropicais, especialmente manga e abacate e compartilhando novas técnicas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Honduras já manifestou oficialmente o interesse em aderir ao programa “Mais Alimentos Internacional” - uma linha de crédito do Governo brasileiro que financia a compra de equipamentos fabricados no Brasil para a modernização da propriedade rural familiar.

d) Com o Ministério do Desenvolvimento e Inclusão Social há frutífero intercâmbio de missões técnicas que contribuem para consolidar os programas sociais do governo hondurenho, como o “Bono 10 Mil” (transferências condicionadas de renda, hoje, “Vida Mejor”, inspirado no Bolsa Família), o Copo de Leite, a merenda escolar e dezenas de outras iniciativas que trazem alívio às camadas menos favorecidas da população e que ganharam reconhecimento internacional.

XII - Outras atividades

a) A Embaixada participa das reuniões mensais do grupo informal denominado GRULAC – Grupo de Países da América Latina e Caribe, integrado por Argentina, Brasil, Chile, Peru, Equador, Venezuela, Colômbia, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, Belize, México, Cuba e República Dominicana. Ocasionalmente, são convidadas altas autoridades de turno do país, como os Presidentes da República, do Congresso, do Judiciário e do Tribunal Superior Eleitoral, o Chanceler e outros Ministros de Estado. O grupo constitui um foro de intercâmbio informal de ideias sobre a situação econômica e política do país e oferece espaço para o estreitamento das relações entre os Chefes de Missão aqui acreditados.

b) Ao longo de 2013, a Embaixada acompanhou os intensos debates, tanto no Congresso como nos meios de comunicação, que marcaram o processo de reorganização dos partidos políticos para as eleições gerais de novembro daquele ano. Resultaram inscritas e disputaram o pleito, em novembro de 2013, as seguintes nove agremiações partidárias, que obtiveram o número indicado de cadeiras no Congresso unicameral de 128 deputados:

1 – Partido Nacional (PN): 48 cadeiras;

2 - Partido “Libertad y Refundación” (LIBRE): 37 cadeiras;

3 - Partido Liberal (PL): 27 cadeiras;

- 4 - Partido Anticorrupção (PAC): 13 cadeiras;
- 5 - Aliança Patriótica Hondurenha (Alianza): 0
- 6 - Partido Democrata Cristão (PDCH): 1 cadeira;
- 7 - Partido Inovação e Unidade (PINU): 1 cadeira;
- 8 - Unificação Democrática (UD): 1 cadeira
- 9 - Frente Amplo Político Eleitoral em Resistência (FAPER): 0

O PN elegeu o Presidente da República e, ademais, logrou a Presidência do Congresso. O Alianza e o FAPER acabaram extintos por não terem conseguido eleger nenhum representante ao Congresso.

c) A Embaixada acompanhou as negociações com o FMI que culminaram com a assinatura, em dezembro de 2014, de acordo stand-by, vigente por três anos, que facilitou a obtenção de empréstimo junto ao BID, no valor de US\$ 120 milhões, destinado ao financiamento do programa social “Vida Mejor” (inspirado nas exitosas experiências brasileiras de transferência condicionada de renda). Na primeira revisão do acordo, concluída em março de 2015, os técnicos daquele organismo financeiro, avaliaram que todas as metas quantitativas relevantes estabelecidas foram alcançadas com ampla folga e foram alentadores os avanços no processo de estabilização da economia hondurenha e na condução das finanças públicas de maneira sustentável. Nesse sentido, as perspectivas para 2015 são mais positivas do que o inicialmente previsto, como resultado do desempenho macroeconômico do ano anterior, a queda significativa dos preços do petróleo (que representam 22% das importações ou cerca de USD 2,1 bilhões) e a recuperação da economia dos EUA (principal destino das exportações do país e origem das vultuosas remessas de imigrantes hondurenhos que em 2014, alcançaram cerca de USD 3,4 bilhões).

XIII - Dificuldades encontradas

A principal dificuldade enfrentada pelo Posto nos últimos dois anos reside na lotação deficitária de funcionários diplomáticos em missão permanente. Resulta difícil para o Embaixador, único diplomata do Posto, desempenhar as atividades oficiais de representação, especialmente a participação em reuniões e eventos organizados pelo governo local, e acompanhar todos os assuntos relevantes de interesse da política externa brasileira. Entretanto, a partir de agosto de 2015, o Posto contará com a colaboração de um Conselheiro do Quadro Especial, em missão permanente, que ajudará no desempenho pleno das tarefas da Embaixada e permitirá ao Chefe do Posto o usufruto de benefícios como afastamentos quadrimestrais e férias. Um fator importante que poderá estimular a remoção de funcionários do quadro do serviço exterior em missão permanente é a queda nos índices de criminalidade no país.

XIV - Sugestões para o Chefe do Posto

- a) Os projetos de cooperação trilateral com os EUA deverão estar concluídos no segundo semestre de 2016 e será necessário formular os termos da “Fase II”, já prevista na assinatura do projeto inicial.
- b) Alguns projetos de cooperação bilateral foram recém-concluídos (Saúde Mental, Banco de Leite) e a Parte hondurenha está propondo e formulando novos termos para uma possível “Fase II”. À medida que se aproxima a data de conclusão dos demais projetos (ao longo de 2016), será necessário que as Partes manifestem o interesse em dar continuidade às atividades ou proponham novas áreas de cooperação sul-sul.

Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, 24 de junho de 2015.